

Vai explodir

O economista André Lara Resende, em recente depoimento na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, mostrou que o Brasil vive há anos um processo de hiperinflação dissimulada. O ex-diretor do Banco Central e co-autor do Plano Cruzado cita, entre as características desse processo, a perda de crédito do governo, o desprezo pela moeda nacional, a desorganização econômica e a descrença nas instituições. Poderíamos acrescentar que a hiperinflação aberta é precedida por um período cuja marca é a perda da noção do valor das mercadorias.

Muitos desses sinais apontados são visíveis na economia brasileira. Reportagem publicada pelo **Jornal da Tarde** de ontem mostra que as oscilações de preços estão deixando o consumidor confuso, sem saber o que é caro e o que é barato. Por que uma saia curta de organza custa quase 70% mais do que um fogão de quatro bocas, como constatou o **JT**? Discrepâncias como essas são cada vez mais frequentes no mercado.

A perda de crédito do governo, por sua vez, vem sendo detectada há tempos. Já em setembro era visível a dificuldade do Banco Central em enxugar o aumento de liquidez provocado pelos saques nos depósitos especiais remunerados, pelas liberações judiciais de cruzados novos e pelas retiradas dos fundos de aplicação financeira, que somaram Cr\$ 833 bilhões. Para enxugar esse dinheiro, o governo precisaria ter vendido liquidamente ao mercado uma quantidade equivalente de títulos. Suas vendas no mês passado, no entanto, limitaram-se a menos de 20% do necessário. Em outubro, os leilões para a colocação de títulos no mercado não têm mostrado resultados melhores que os de setembro.

A base monetária, um dos indicadores do nível de liquidez da economia, teve crescimento elevado no mês passado (16,4%) e só não cresceu mais porque o BC conseguiu retirar de circulação Cr\$ 358,7 bilhões com a venda de dólares de suas reservas. Boa para o

resultado da política monetária, essa venda, no entanto, revelou outro grande problema para o governo: o mercado prefere reter dólares a ficar com cruzeiros. Essa corrida ao dólar acelerou-se na semana passada, quando a cotação no mercado paralelo descolou da cotação do dólar comercial. Ontem, o ágio superava 25%, contra menos de 10% até há pouco. O ágio do paralelo, observou André Lara Resende, é proporcional à rejeição da moeda nacional.

Todos esses sinais manifestam-se num período de profunda recessão, que põe em risco a sobrevivência de muitas empresas. Nenhum dos indicadores do nível de atividades da economia permite prever uma recuperação no curto prazo. Para enfrentar esse quadro de dificuldades o governo só conta com dois instrumentos: a política monetária caracterizada pelos juros altos e a reforma tributária.

A elevação dos juros não foi eficaz para conter a inflação, visto que ocorreu num período de demanda fraca. Mesmo assim, o BC insiste nessa política. Ontem “puxou” mais ainda as taxas — a ponto de alguns bancos remunerarem seus CDBs com taxas equivalentes a 3.500% ao ano —, o que deu margem a duas interpretações: 1) o governo admite que a inflação de novembro pode ficar bastante acima de 30%; e 2) são cada vez maiores as dificuldades do BC para vender seus papéis, daí oferecer juros explosivamente crescentes.

Do lado da reforma tributária, como mostrou o **JT** em manchete ontem, o objetivo do governo é sugar mais US\$ 51 bilhões do setor privado, que já paga o equivalente a US\$ 96 bilhões por ano em impostos. Sem condição política para dismantelar o Estado e reduzir o setor público à proporção da necessidade que a Nação tem dele, o governo mais uma vez avança sobre o organismo econômico privado, já debilitado por uma crise que o presidente Fernando Collor de Mello, em seu desespero, agora finge ignorar, mas que está prestes a explodir em suas mãos.